

Conservação das casas: uma situação de emergência nacional

Desde 1980 que os Governos e as Câmaras Municipais têm prosseguido uma política de não aplicação do Regime Geral de Edificações Urbanas (RGEU) que exige obras de conservação ordinárias e limpeza dos edifícios de 8 em 8 anos, o que contribuiu para a degradação em que hoje se encontra grande parte do parque habitacional.

Só se chegou a esta situação, de não aplicação da lei, porque uma parte significativa do parque habitacional, é propriedade do Estado, INH/IHRU ou dos Municípios, Câmara Municipais, nos quais não foram realizadas obras de conservação ao longo do tempo, como facilmente se pode verificar um pouco por todo o país, e nos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto.

Relativamente aos pequenos proprietários, que detêm uma pequena parte dos edifícios em alto estado de degradação, sem possibilidades de realizar as obras necessárias, deverá o Estado apoiar a sua recuperação através de novos programas mais expeditos do que os actuais (Recria, Reabita ou outros), e subsidiar os inquilinos cuja condição económica não lhes permita suportar rendas de maior valor, sem perda de direitos adquiridos.

Na situação económica e financeira em que o país se encontra, com o agravamento do desemprego, com salários e pensões muito baixas, com os pequenos proprietários perto da insolvência, apesar do OE de 2009, ter vindo reduzir o IMI e o IVA para os prédios a reabilitar, estamos certos que estes incentivos não vão ter grande efeito imediato, pelo que serão necessários outros incentivos que possibilitem aos pequenos proprietários a realização de obras no seu património, e aos arrendatários em dificuldade por via do desemprego, ser igualmente apoiados, mesmo que isso represente um grande esforço governamental.

É mais do que justo para famílias em grandes dificuldades financeiras.

Estas medidas têm de ser tomadas no imediato sob pena de os inquilinos poderem estar na iminência do despejo, por incumprimento do pagamento da renda. Não é nada de novo o que estamos a propor, já que o Governo decidiu apoiar os arrendatários dos Bancos.